

Relatório de gestão

4ºDRPRF/AP

DPRF

MJ

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1- Dados identificadores da Unidade Jurisdicionada.....	3
1.2- Apresentação.....	4
2. OBJETIVOS E METAS.....	5
2.1- Identificação dos Programas Governamentais.....	5
2.1.1- Descrição do objetivo geral, específico e beneficiários.....	5
3. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO.....	8
4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES.....	11
5. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	26
5.1- Análise crítica dos resultados alcançados.....	27
6. Previdência complementar patrocinada.....	29
7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal.....	29
8. Operações de fundo.....	29
9. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS.....	29
9.1- Gestão de Recursos Humanos.....	29
9.2- Gestão Financeira.....	31
9.3- Gestão Correicional.....	32
10. ANEXO A – Demonstrativo de Tomadas de Contas Especiais.....	33
11. ANEXO B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades.....	33
12. ANEXO C – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo.....	33
13. ANEXO D – Recomendações de Órgãos de Controle.....	33
14. ANEXO E – Transferências realizadas.....	34
15. ANEXO F – Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.....	34
16. CONCLUSÃO.....	34

1. Identificação

1.1 – Dados identificadores da Unidade Jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal - 4ºDRPRF	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Portaria 122/97/DPRF/MJ. Tem por finalidade exercer as competências estabelecidas no art. 20 da Lei n.º 9.503/97, de 23 de setembro de 1997, pelo Decreto n.º 1.655/95, de 03 de outubro de 1996, e pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria n.º 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Ministro do Estado de Justiça, publicada no Diário Oficial da União n.º 150 de 06/08/2007.	
CNPJ	Nº 00.394.494/040-05	
Nome e código no SIAFI	4º Distrito Regional do DPRF – 200233	
Código da UJ titular do relatório	200233	
Códigos das UJ abrangidas	Não há	
Endereço completo da sede	BR 210, Km Zero, nº 201, Bairro São Lázaro, CEP 68909-130, Macapá, AP. Tel.: 3225-9000, 3251-8114, 3251-4708 (fax).	
Endereço da página institucional na internet	www.dprf.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento.	
Função de governo predominante	Segurança Pública	
Tipo de atividade	Policciamento e Fiscalização das Rodovias Federais	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	4º DRPRF	200233

1.2- Apresentação

O Relatório de gestão é um instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com a Instrução Normativa TCU nº 93/2008 e a Decisão Normativa TCU nº 96/2009, que deverá compor o processo de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício 2008.

Este relatório de Gestão visa correlacionar as metas, os resultados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas rodovias federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, no exercício 2008. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento e avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do 4º Distrito Regional.

Em seu conteúdo, o Relatório de gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim, o impacto alcançado em função das ações desempenhadas. Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade perseguido pela Organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

A base para elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada prioritariamente na execução do planejamento realizado para o exercício 2008. O relatório está organizado e sistematizado de modo a que possibilite a visualização das ações desenvolvidas pelo 4º Distrito Regional no decorrer daquele período e a aplicação dos recursos descentralizados pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Brasília, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública.

Para sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Relatório Operacional Diário e informações de programas desenvolvidos pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, dentro dos quais algumas ações são realizadas por esta unidade.

Com o presente instrumento o 4º Distrito de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

2- OBJETIVOS E METAS

2.1– IDENTIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

2.1.1 – DESCRIÇÃO DO OBJETIVO GERAL, ESPECÍFICO E BENEFICIÁRIOS

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais

ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia.

Nesse sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até

reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

Ao longo de 2008 o 4º Distrito Regional desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais do Estado do Amapá, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A PRF por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 1200 km de rodovias federais, desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito. E, como defensora do meio ambiente também mostrou empenho em ações de apreensão de madeira, carvão, animais silvestres e pescado. Além do que, mapeou toda a malha viária do Estado, identificando pontos críticos e combatendo efetivamente a exploração sexual de crianças e adolescentes.

A seguir quadro demonstrativo dos números registrados nos últimos anos onde se procura demonstrar eficácia e eficiência das ações implementadas:

Ano	Veículos Fiscal.	Veículos Apreend.	Multas	CNH retidas	Armas retidas	Acidentes	Pessoa detidas	Nº feridos	Nº mortos	PRF's
2006	31729	937	5857	213	15	167	132	207	11	39
2007	22965	273	4628	202	11	151	94	160	12	38
2008	23159	268	5406	152	30	156	191	162	11	32

O exercício de 2008 também foi marcado por investimentos na estruturação patrimonial do Distrito com a construção do posto de fiscalização no município de Oiapoque, o que significa a continuidade da expansão da segurança pública ao longo das rodovias federais no Estado de forma mais efetiva, eis que nos anos anteriores somente havia posto e ponto de apoio nos municípios de Macapá e Tartarugalzinho, ficando o atendimento àquele município restrito a operações mensais ou bimestrais, dentro das possibilidades.

A tecnologia da informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. E para manter em funcionamento essa estrutura e otimizar o seu manuseio, em 2008

foram feitas as as seguintes aquisições:

Quantidade	Discriminação
1	Placa E1 ISDN
1	Switch
2	Impressora laser multifuncional
5	Monitor LCD
2	HD para Servidor de Rede

Através dessas ações de modernização, a PRF pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

3. Estratégias de Atuação

Os principais objetivos definidos para 2008 foram:

- Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias;
- Reforço nas ações de combate à criminalidade;
- Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas.

Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias

Estratégia 1: Utilização do cartão programa para fiscalização de pontos críticos

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito, é de que a presença da viatura na rodovia, inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos, e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Utilizou-se para isso o expediente do cartão programa, que é um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos. O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe do núcleo de policiamento e fiscalização que, através do banco de dados da PRF e do Datatran, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, programando o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto, no decorrer da semana.

Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram o atingimento das metas estabelecidas:

Falta de efetivo:

É comum no decorrer do ano a redução do número de policiais nas equipes de plantão, como é necessário um policial no posto para atendimento ao público e atendimento de chamadas emergenciais, reduz o quantitativo operacional para fazer o serviço de ronda e fiscalização em pontos fixos, o que é altamente inseguro e desaconselhável, por questão de segurança. Dessa

forma, quando o efetivo está reduzido, o serviço de ronda é prejudicado, e os policiais se concentram em operações em frente ao posto, não utilizando o cartão programa, deixando de fiscalizar os pontos críticos nas rodovias.

Um outro aspecto observado foi a relação quilômetro fiscalizado por posto. O posto de fiscalização do km 08 tem como competência fiscalizar mais de 1200 km de rodovias, quando o ideal era fiscalizar no máximo 100 km, pois, nesse caso, a viatura levaria em média uma hora para atender a uma ocorrência no local mais distante do posto. Verificou-se também que não havia efetivo suficiente para criação de várias rondas para serem distribuídas nos pontos críticos mais distantes do posto, tendo como consequência a não fiscalização dos pontos críticos distantes do posto.

É de ressaltar que durante o exercício 2008 uma parcela razoável de policiais foi removida para outras regionais, ou por força de mandado judicial, ou em função da implantação do Projeto Unasci pelo DPRF, o que aconteceu sem que houvesse reposição do efetivo. Outros ficaram longos períodos à disposição de outras regionais ou mesmo do DPRF/MJ, o que causou uma deficiência na atuação das atividades operacionais, causando aumento do número de acidentes.

Contudo, foi possível aumentar o número de veículos fiscalizados e de atuações em função de estratégias emergenciais nos períodos de maior fluxo nas rodovias, aumentando o efetivo diário através de convocações extras. Com isso, também se conseguiu diminuir o número de mortos vítimas de acidentes de trânsito.

Acidentes em trechos urbanos de rodovias, envolvendo pedestres e ciclistas

Foi observado que um grande número de acidentes e mortes ocorriam em trechos urbanos de rodovias, envolvendo atropelamento de pedestres e ciclistas. Grande parte dos acidentes acontecem por negligência de pedestres/ciclistas que ao atravessar as rodovias não utilizam o local a eles destinado, se arriscando no meio do trânsito de carros, ônibus e caminhões. Como não existe a regulamentação de infração para pedestres/ciclistas, uma solução para o problema, é a instalação de diversas lombadas eletrônicas nos trechos urbanos das rodovias, para diminuir a velocidade do tráfego, a fim de minimizar a quantidade de acidentes entre veículos e pedestres/ciclistas.

A gestão de lombadas eletrônicas nas rodovias pertence ao DNIT, órgão que não tem representação no Estado.

Estratégia 2: Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes

A utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em rodovias. Há grande propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como consequência, acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e consequente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos.

Em 2008, em função da implantação do Projeto Unasci, o radar fotográfico do 4º DRPRF foi movimentado para outra regional. Atualmente conta-se apenas com o radar móvel, que tem um modo de operação menos eficiente, uma vez que o infrator obrigatoriamente tem que ser abordado por uma equipe e realizados procedimentos que, no outro equipamento são automáticos.

Assim, com a diminuição do efetivo, diminuiu-se também a possibilidade de utilização desse recurso, outro fator de aumento do número de acidentes no ano de 2008, como foi verificado.

Reforço nas ações de combate à criminalidade

Estratégia 1: Capacitar mais policiais nas ações de combate a criminalidade

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, isto lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2008, foram realizados cursos teóricos e práticos de Técnicas de Abordagem e Imobilização Policial, ministrado para 36 (trinta e seis) policiais, Identificação veicular, para 8 (oito) policiais, Uso legal e Progressivo da Força e Armamento e Tiro, para 21 (vinte e um) policiais lotados nesta regional. Além disso, 02 (dois) PRF's participaram do curso de combate ao crime ministrado para policiais que atuariam na segurança dos jogos pan-americanos.

Estratégia 2: Implantação do Núcleo de Operações Especiais

Em função da flagrante desproporção entre a malha viária do Estado e o número de servidores lotados na regional, percebeu-se que as populações mais afastadas da região urbana do Estado vinha sofrendo com a falta de policiamento nas rodovias. Não sendo possível manter uma presença constante em todos os trechos em que se verificou incidência maior de criminalidade, montou-se um Núcleo específico para atuar nas operações que não podem ser viabilizadas permanentemente.

Dessa forma, um grupo de policiais vem atuando especialmente na repressão ao crime nas rodovias federais Amapaenses, executando operações periódicas nos pontos considerados críticos. Assim, foi possível aumentar consideravelmente o número de prisões e apreensões de material produto de crime, assim como promover maior sensação de segurança também às populações mais afastadas.

Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

Estratégias 1: Construção do posto de Oiapoque/AP

A melhoria das instalações físicas dos postos melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho. No fim do ano de 2008 a construção da nova unidade foi finalizada.

Dificuldades:

1- Não existe efetivo para colocar tal posto em funcionamento:

Com a escassez de policiais no Distrito, não houve possibilidade de colocar o novo Posto de Fiscalização em funcionamento. Estima-se que seja necessário pelo menos o dobro dos servidores lotados na regional para que, ainda que de forma precária, tal unidade possa servir aos seus propósitos.

Estratégia 2: Substituição de viaturas obsoletas

As viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, devido ao intenso uso, é necessário a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, e de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante as rondas/acompanhamentos. Durante o exercício 2008 a unidade recebeu do Departamento oito novos veículos.

Estratégia 3: Melhorar a segurança nos Centros de Processamento de Dados

Devido a problemas de superaquecimento e interrupções de energia no ambiente dos servidores de rede do CPD, todos os sistemas da PRF podem parar de funcionar, prejudicando o serviço rotineiro do policial na rodovia: consulta aos bancos de dados de segurança pública e preenchimento dos boletins de ocorrências eletrônico. Neste sentido, é estratégico a melhoria da segurança contra falta de energia e superaquecimento dos equipamentos, pela aquisição de nobreaks e aparelhos de ar condicionado. Esta estratégia foi executada através da aquisição de alguns equipamentos.

4. Gestão de programas e ações

4.1. Programas

4.1.1. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

4.1.1.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira -CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

200G Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

8623 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

4.1.1.3. Gestão das Ações

4.1.1.3.1. Ação 1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

4.1.1.3.1.1. Dados Gerais

Tipo	Projeto
------	---------

Finalidade	Aquisição de um imóvel na cidade de Brasília-DF, com características que atendam as necessidades administrativas do DPRF, com área útil de aproximadamente 10 (dez) mil metros quadrados gerando condições de trabalho favoráveis aos recursos humanos da Unidade .
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.1.3.1.1.2. Resultados

Esta é uma ação exclusiva do DPRF não tendo resultado nas Regionais

AÇÃO:11MC Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	ROSIVALDO CAMBRAIA ALVES

Resultados:

Entrega de uma base operacional no município de Oiapoque, que entrará em funcionamento no exercício 2009.

AÇÃO:1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMEL BRANDÃO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Não houve execução desta ação na regional.

AÇÃO:8698 Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo	Projeto
Finalidade	Manter e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamentode diárias e passagens
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telecomunicações
Coordenação nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	MARCOS SOUSA DA ROCHA

Resultados:

Aquisição de uma interface digital E1com sinalização ISDN, um switch 24 portas, duas impressoras multifuncionais laser, cinco monitores de vídeo LCD, dois HD's para servidor de rede IBM.

AÇÃO:7061 Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Administração
Coordenação nacional da ação	HENRIQUE ARAÚJO DE LIMA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Não houve execução desta ação na regional.

4.1.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

4.1.2.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

4.1.2.2. Principais Ações do Programa

2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF

2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

4641 Publicidade de Utilidade Pública

86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

4.1.2.3. Gestão das Ações

4.1.2.3.1. Ação 2C78- Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

4.1.2.3.1.1. Dados Gerais

TIPO	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	LEJANDRE MONTEIR
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	ALDO BALIEIRO MACHADO

4.1.2.3.1.2. Resultados

Foi designada comissão para propiciar o acompanhamento psicossocial na regional, mas não logrou grandes resultados. Não houve execução de recurso desta ação na regional.

AÇÃO:2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	LUCIANO DA SILVA FERNANDES
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SEBASTIÃO JOSÉ VALADARES DIAS

Resultados:

Observação: não foi executada em razão do radar fotográfico ter sido enviado para Brasília, por determinação da coordenação geral de operações do DPRF.

AÇÃO: 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

Tipo Descrição	Atividade Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	Ricardo de Oliveira Betat
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Paulo Afonso do Carmo e Silva

Resultados:

Melhoria na qualidade do serviço prestado por servidores que participaram de treinamentos realizados pelo DPRF.

AÇÃO: 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Tipo	Atividade
------	-----------

Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros. Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Sebastião José Valadares Dias

Resultados:

Foram realizados seis comandos gerais e dezenove operações planejadas, resultando em efetiva presença ostensiva da PRF na rodovia, minimizando ocorrência de crimes e principalmente reduzindo acidentes e números de vítimas.

AÇÃO:2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.

Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	MARCOS SOUSA DA ROCHA

Resultados:

Participação nas reuniões trimestrais da comunidade de inteligência do estado (Superintendência da ABIN); orientação e participação no planejamento operacional da unidade; monitoramento da fronteira norte do país (Brasil x Guiana Francesa); integração com órgãos congêneres de inteligência (troca constante de informações); monitoramento de movimentos sociais (interdição da BR na área urbana); implementação gradativa de mecanismos de segurança orgânica (claviculário de emergência e orientação de servidores).

AÇÃO:4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	GETÚLIO CAMARA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SEBASTIÃO JOSÉ VALADARES DIAS

Resultados:

Foram realizados quatro comandos médicos com atendimento aproximado de trezentos usuários. Em decorrência da intensificação da fiscalização de embargues ao volante foram detidos seis

condutores.

AÇÃO:4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DCC/CGO
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SEBASTIÃO JOSÉ VALADARES DIAS

Resultados:

Foram executadas várias operações especiais de combate à criminalidade no Estado, as quais resultaram em um aumento de mais de 100% no número de apreensões de pessoas, de armas, animais silvestres, madeira, pescados e carvão, o que demonstrou a ação ostensiva da PRF nas rodovias, seja prevenindo seja reprimindo a ação delituosa.

AÇÃO:4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	Ricardo de Oliveira Betat
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	FERNANDO LAÉRCIO DE AZEVEDO SANTOS

Resultados:

Foram realizados cursos de aperfeiçoamento de policiais na própria regional com o uso de instrutores do departamento e parcerias com outras instituições em relação ao espaço físico para a instrução.

AÇÃO:4641 Publicidade de Utilidade Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social
Coordenador nacional da ação	AFRÂNIO ANDRADE
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	RAIMUNDO NONATO CORTE COSTA

Resultados:

Ampla divulgação na imprensa local das atividades desenvolvidas pela PRF-AP, objetivando preservar a boa imagem que a instituição tem perante a sociedade.

AÇÃO:86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas

	de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DMP
Coordenador nacional da ação	Jerry Adriane Dias Rodrigues
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SEBASTIÃO JOSÉ VALADARES DIAS

Resultados:

Ocorreu um aumento na demanda de recursos de multas, com um sensível aumento no índice de cancelamento de autos de infração e efetiva cobrança das penalidades impostas. Não houve execução de recurso desta ação na regional.

Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	MARIA ISABEL NOGUEIRA DE FARIA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	CARLOS LUIZ BARBOSA BRITO

Resultados:

Foram realizadas no ano de 2008, palestras com os seguintes temas: Direção Defensiva, Álcool X Velocidade, Noções Básicas de Trânsito e Violência no Trânsito, totalizando 27 (vinte e sete) eventos que contemplaram 2425 pessoas. Foram também executados 4 (quatro) comandos educativos envolvendo os assuntos: Consumo de álcool ao longo das rodovias federais, Uso do Cinto de Segurança e Álcool X Velocidade, atendendo 665 usuários.

Ação 8703 – Atividade Correicional

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas.
Descrição	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Corregedoria Geral
Coordenador nacional da ação	CIDENOR GUERRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	KLEBSON SAMPAIO DO NASCIMENTO

Resultados:

Realização de atividades repressivas e preventivas. Implementação do projeto corregedoria participativa, onde os próprios servidores participam do processo de gerenciamento das atividades de prevenção, através do AGS – Acompanhamento Gerencial de Serviço, o que ajuda na melhoria da qualidade do serviço e na diminuição da demanda correicional, o que deverá ser colhido ao longo de 2009.

Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	MARCOS SOUSA DA ROCHA

4.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

4.1.3.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

4.1.3.2. Principais Ações do Programa

2000 Administração da Unidade

2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

4.1.3.3. Gestão das Ações

4.1.3.3.1. Ação 2000 Administração da Unidade

4.1.3.3.1.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriada.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Rosivaldo Cambraia Alves

4.1.3.3.1.2. Resultados

Manutenção das atividades administrativas.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	GETÚLIO CÂMARA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	ALDO BALIEIRO MACHADO

Resultados:

Manutenção de vinte e oito servidores e seus respectivos dependentes no plano de saúde GEAP, onze no plano Medial e sete servidores no plano odontológico.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade

Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 2012- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

5. Desempenho operacional

Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa,projeto/atividade ou ação administrativa;

Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

Programa 1386

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas

Programa 0750

Não há indicador

Nome, descrição e tipo do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame das contas.

Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais – Pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $Im = (N^{\circ} \text{ Mortos} / N^{\circ} \text{ Vítimas}) \times 100$, responsável pelo cálculo: CGO

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – Pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $Ia = ((N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Atual}) / (N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Anterior}) - 1) \times 100$, responsável pelo cálculo: CGO

Obs: As fórmulas dos indicadores do programa 0663, foram readequadas no novo PPA 2008-2011

Programa 1386

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas – Pretende-se medir a % de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI- Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $Iadq = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$, responsável pelo cálculo : CGPLAM

Programa 1386 = $Iadq = (1/1) \times 100$

Resultado obtido: 100%

Dentro do programa de adequação de instalações físicas a unidade atingiu o índice de cem por cento, o que se deve as boas condições da estrutura física existente, e sua adequada estruturação tecnológica, bem como número de policiais mínimo por plantão e quantidade de viaturas em boas condições de uso.

5.1-ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

PROGRAMA 0663

METAS FÍSICAS: Redução do número de acidentes e mortes em relação à 2007

TAXA DE MORTALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS

Número de Mortos 2007.....12 Número de Mortos 2008.....11

Número Total de Vítimas 2007....173 Número Total de Vítimas 2008..... 172

$Im\ 2007 = (12 / 160) \times 100 = 7,5\%$ $Im\ 2008 = (11 / 162) \times 100 = 6,79\%$

Registrou-se um percentual menor na relação de número de vítimas e número de mortos(no ano anterior foi registrado 7.5). Essa redução do índice está se apresentando mais baixo devido a diminuição de uma morte em relação ao ano anterior, que demonstra, que apesar do

aumento dos números de acidentes relativos ao ano anterior, houve uma redução na gravidade desses, que apresentou o número de mortes menor. Tal resultado, demonstra que as medidas implementadas de combate ao excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas e embriaguez ao volante, foram de suma importância para reduzir a gravidade dos acidentes, que impactaram positivamente para a redução de mortes nas rodovias. Outras medidas como: campanhas educativas e prisões por crimes de trânsito, também contribuíram para a redução de mortes no ano de 2008 nas rodovias federais do estado do Amapá..

TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS DO ESTADO DO AMAPÁ

Número de Acidentes 2007151 Número de Acidentes 2008..... 156

$$Ia = (151/156) * 100 = +3,31\%$$

O percentual de aumento registrado considera números absolutos. Não leva, portanto, em consideração o aumento da frota de veículos, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, bem como não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte. Com a economia aquecida e com estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados. Ressalta-se que muitos dos municípios do Estado cresceram em torno da rodovia e esta se tornou uma grande "avenida" por onde a população se locomove.

Sobre essa possibilidade, já tinha sido lançado um alerta na avaliação do PPA 2004-2007 - Ano Base 2006, cujo texto é abaixo reproduzido:

“Dados levantados pela PRF demonstram que 80% dos acidentes ocorrem em pistas em boas condições de trafegabilidade. Por isso, a preocupação apresentada é pertinente. Para mitigar o problema, faz-se necessário atualizar o efetivo da PRF, atualmente 10.098 vagas com 9.700 preenchidas. Faz-se necessário preencher as vagas legais existentes, bem como anualmente aumentar esse limite. Estudo preliminares da PRF demonstram que o efetivo suficiente para impactar o resultado do programa seria de 20 mil policiais.

Vale ressaltar que, com essa providência seria possível estabelecer meta para reduzir substancialmente o índice de acidentes e não apenas mantê-lo em patamar aceitável considerando a média histórica. A redução do índice de acidente, além da preservação da maior riqueza da Nação - a vida do cidadão - possibilitaria reduzir o impacto econômico dos acidentes. O custo de acidentes em rodovias federais, segundo o estudo do IPEA, passa de 6,5 bilhões de reais por ano. O orçamento total do DPRF/MJ gira em torno de 2 bilhões. A majoração desse orçamento para próximo de 3 bilhões possibilitaria aumentar substancialmente o efetivo e melhorar o custeio e investimento do órgão.

Além da economia quanto aos impactos econômicos dos acidentes, seria produzido outro efeito - aumentar o combate à criminalidade organizada, que se utiliza das rodovias para escoar o produtos de suas ações criminosas. O aumento da ostensividade, conseguida com efetivo maior e em melhores condições quanto a equipamento, viaturas, etc, teria o poder de dar ao cidadão usuário das rodovias, bem como à população lideira, maior sensação de segurança. Isso significa melhor avaliação do órgão junto à opinião pública, bem como confere maior credibilidade ao Governo Federal no sentido de dar o exemplo necessário aos entes federados, quanto à preocupação com a segurança pública e com a qualidade de vida da população.

Vale ressaltar que a atividade da PRF não se restringe ao controle de trânsito. A PRF tem oferecido duro combate ao tráfico de drogas, ao contrabando/descaminho, aos crimes

ambientais (apreensões de madeira e animais silvestres) e, principalmente, os crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos. A PRF, nesse exercício, mapeou os pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, notificou todos os seus proprietários e exerce vigilância contínua.

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica.

7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal

Não se aplica.

8. Operações de fundo

Não se aplica.

9. Conteúdos específicos

9.1- Gestão de Recursos Humanos

Durante o exercício 2008 não houve atos de admissão ou desligamento de servidores, nem atos de concessão de reforma ou pensão, neste Distrito.

Houve um ato de aposentadoria do servidor LINO FORNAZIER FILHO, matrícula SIAPE 167947, através da Portaria nº 691-CGRH/DPRF, de 13/05/2008, publicada no DOU de 14/05/2008, conforme constante do processo nº 08673.000512/2007-40, corretamente registrado no SISAC sob controle nº 10327010-04-2008-000243-0.

O 4º DRPRF/AP, no exercício 2008, dispunha de um quadro de pessoal **ativo de 51 servidores** (destes um está cedido para o TRF-1ª Região-AP e outro de licença para o trato de assuntos de interesse particular), e, um quadro **inativo de 06 (seis) aposentados**.

SERVIDORES ATIVOS / CARGOS				TOTAL
Policia Rodoviário Federal	Atividade Meio	Atividade Fim	Cedido	31
	08	22	01	
Servidores plano especial cargos (*)	Nível Superior	Nível Médio	Licença	20
	02	17	01	
TOTAL DE SERVIDORES ATIVOS				51

(*) Enquadrados ao plano especial de cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de acordo com a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, por meio da Portaria nº 184/MJ, de 05/08/2005, publicada no DOU de 08/08/2005.

(**) O Distrito possui apenas um servidor cedido: ALON DA COSTA ARAGÃO, Policia Rodoviário Federal, matrícula SIAPE nº 1301401, cedido para o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Seção Judiciária do Amapá, por meio da Portaria Ministerial nº 2004/SRH/MP, publicada no DOU de 02.12.2004, de acordo com a Lei nº 8.112/90, no seu Artigo nº 93, parágrafo 2º. e prorrogada através das Portarias SRH/MPOG nº 1.207- DOU de 25/07/2006, nº 816- DOU de 04/05/2007 e 791 – DOU de 18/04/2008. Não há pendência de valores a ressarcir, devido tal cessão ser do tipo com ônus para o DPRF.

SERVIDORES INATIVOS	QUANTIDADE
Policia Rodoviário Federal	03
Servidores plano especial cargos	03

TOTAL	06
-------	----

O Quadro de Funções Comissionadas distribuídas por unidades e área meio/fim, neste Distrito é o seguinte:

SERVIDORES	Matrícula	Função Gratificada	Núcleo	Atividade
Sid Neves Mira Martel	1075045	Chefe do Distrito-DAS-1	CHDT	MEIO
Sebastião José Valadares Dias	1068474	Chefe de Núcleo-FG-3	NPF	FIM
Rosivaldo Cambraia Alves	1077096	Chefe de Núcleo-FG-3	NAF	MEIO
Aldo Balieiro Machado	0156062	Chefe de Núcleo-FG-3	NAP	MEIO
Klebson Sampaio do Nascimento	1070157	Chefe de Núcleo-FG-3	NCAI	MEIO

Toda inclusão de benefícios (auxílio transporte, auxílio natalidade, etc..) ou inclusão de descontos (sindicato, plano de saúde, etc.) são devidamente requisitados pelos servidores via requerimento ou ficha de filiação, e, depois de devidamente avaliados são concedidos através de processos específicos.

O controle e acompanhamento da **folha de pagamento** é realizado pelo Núcleo de Administração de Pessoal. Mensalmente, são recolhidas as folhas de frequências dos servidores e, após devidamente apuradas (escala de serviço, adicional noturno, faltas, atestados médicos homologados, autorização de troca de plantão, etc.) são inseridas no SIAPE, finalizando com o relatório resumido da frequência e homologação da folha de pagamento no sistema SIAPENET.

O pagamento do **adicional noturno** aos Policiais Rodoviários Federais decorre de decisão judicial proferida em Mandado de Segurança nº 2006.34.00.029045-5, e é devidamente apurado através do processo nº 08673.000433/2007-39.

No decorrer do exercício 2008, foram elaboradas e transmitidas as informações DIRF-2008 e RAIS-2008, bem como efetuadas os procedimentos para apuração e concessão de progressões funcionais, lançamento e acompanhamento dos períodos de férias usufruídas pelos servidores deste Distrito, dentre outras atividades.

No concernente a Capacitação, no decorrer do exercício foram executadas ações internas de capacitação aos servidores, conforme abaixo:

NOME DO EVENTO	PARTICIPANTES	TOTAL
Técnicas de Abordagem e Imobilização Policial	Policiais Rodoviários Federais	36
Identificação Veicular	Policiais Rodoviários Federais	08
Uso Legal e Progressivo da Força e Armamento e Tiro	Policiais Rodoviários Federais	21
Uso do Etilômetro	Outros	30

No que se refere as adesões de servidores deste Distrito aos planos de saúde

conveniados com o DPRF, o quadro é o seguinte:

PLANO DE SAÚDE	TITUTARES	DEPENDENTES
GEAP SAÚDE	28	90
MEDIAL SAÚDE	11	21
MARKIODONTO (Odontológico)	7	20

9.2 - Gestão Financeira

9.2.1. Contratações e Licitações realizadas na unidade:

A unidade além de renovar o contrato de manutenção de viaturas, realizou as licitações/contratações, conforme tabela abaixo:

Número	Modalidade	Objeto	Resultado
001/08	Pregão Eletrônico	Telefonia Fixa Comutada	Revogada
002/08	Pregão Eletrônico	Telefonia Fixa Comutada	Revogada
003/08	Pregão Presencial	Vigilância Armada Posto Oiapoque	Contratado
004/08	Pregão Eletrônico	Vigilância Armada Sede	Revogada
005/08	Pregão Eletrônico	Passagens Aéreas	Revogada
006/08	Pregão Eletrônico	Vigilância Sede	Contratado
007/08	Pregão Eletrônico	Telefonia Fixa Comutada	Contratado
008/08	Pregão Eletrônico	Telefonia Móvel	Revogado
009/08	Pregão Eletrônico	Aquisição de Água Mineral	Contratado
010/08	Pregão Eletrônico	Passagens Aéreas	Contratado
011/08	Pregão Eletrônico	Transferência de Dados	Revogada
012/08	Pregão Eletrônico	Limpeza e Conservação	Contratado
013/08	Pregão Eletrônico	Vigilância Armada Oiapoque	Contratado (2009)
014/08	Pregão Eletrônico	Passagens Aéreas	Contratado (2009)
015/08	Pregão Eletrônico	Confecção Projeto de Reforma de Posto	Contratado
001/08	Dispensa de Licitação	Aferição de Radares	Contratado
002/08	Dispensa de Licitação	Aquisição de Pneus	Contratado
003/08	Dispensa de Licitação	Aquisição de Papel A4	Contratado
004/08	Dispensa de Licitação	Confecção de Capas de Processos	Contratado
005/08	Dispensa de Licitação	Licenciamento de Viaturas	Cancelado
006/08	Dispensa de Licitação	Licenciamento de Viaturas	Contratado

007/08	Dispensa de Licitação	Aquisição de Copos Descartáveis	Contratado
008/08	Dispensa de Licitação	Aferição de Etilômetros	Contratado
009/08	Dispensa de Licitação	Manutenção de Ar Condicionados	Contratado

9.2.2 Gestão de modernização

- ✓ Ampliação do Sistema de Radiocomunicação seguindo as diretrizes do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
- ✓ Aquisição e instalação de (02) duas novas torres de comunicação para radiofrequência, montadas nos municípios de Tartarugalzinho e Calçoene, no intuito de otimizar a comunicação e assim disponibilizar aos policiais os meios necessários ao bom desempenho das suas funções, visando melhorar os serviços prestados a sociedade.
- ✓ Aquisição e instalação de novos sistemas irradiantes para duas repetidoras de sinal de rádio, visando ampliar o alcance médio de sinal, no intuito de melhor atender a sociedade no que refere ao combate a criminalidade nas rodovias federais.
- ✓ Manutenção dos Sistemas de Informatizados, visando garantir seu bom funcionamento e sua confiabilidade;
- ✓ Substituição de (04) quatro estações de trabalho das áreas sensíveis da administração, visando proporcionar um melhor desempenho nas atividades dos servidores destes setores;
- ✓ Implementação de novas tecnologias baseadas em softwares livres, visando garantir maior economicidade ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com a aquisição e utilização de softwares;
- ✓ Criação do Posto de fiscalização no município de Oiapoque, com instalação e da rede local de dados para os sistemas de Informática e de Radiocomunicação.
- ✓ Implementação do Servidores CACIC e VoIP, visando otimizar os recursos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e com isso otimizar o gastos com equipamentos e telefonia.
- ✓ Contratação e instalação de link de voz E1 de dez canais, integrado ao sistema de voz sobre IP, para atender a Sede do Distrito e ao Posto de Fiscalização de Macapá, visando minimizar os gastos com telefonia do Distrito.

9.3 – Gestão Correicional

Durante o exercício de 2008 foram instaurados (11) onze procedimentos administrativos novos e foi dado continuidade em (06) seis processo administrativo em andamento desde o período anterior (2007), sendo que passaram para o exercício 2009, apenas (03) três procedimentos.

A Corregedoria Regional desenvolveu também atividades preventivas com o objetivo de minimizar as instaurações desnecessárias para a Administração, o que acarreta ônus e desgaste funcional. Implementou o projeto corregedoria participativa, onde os próprios servidores participam do processo de gerenciamento das atividades de prevenção, através do AGS – Acompanhamento

Gerencial de Serviço, o que ajuda na melhoria da qualidade do serviço e na diminuição da demanda correicional, o que deverá ser colhido ao longo de 2009.

Também a Corregedoria Regional contou com a ajuda da Corregedoria Geral que se fez presente em uma visita para acompanhamento do desenvolvimento dos serviços, neste Distrito, e em uma palestra sobre o AGS – Acompanhamento Gerencial de Serviço e o Projeto Corregedoria Participativa.

Tivemos a aplicação ao longo de 2008 de (02) duas advertências e (02) duas suspensões.

Foram utilizados nos procedimentos quase que a totalidade de servidores constantes no Banco de Talentos deste Distrito, não sendo necessário nenhum servidor de outra unidade do DPRF ou de outra Instituição, tendo ainda fornecido um servidor para atuar em procedimentos do DPRF no Rio de Janeiro, e um servidor para FUNAI/AP.

Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

No exercício não foram instauradas tomadas de contas especiais no âmbito do 4º Distrito Regional, de sorte que não foram verificadas ocorrências relacionadas a recolhimento do débito antes do encaminhamento do processo à Controladoria Geral da União, na forma do item 12 do anexo II da decisão normativa TCU nº 85/2007.

Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

- Houve perdas de documentos , conforme Processo Nº 08673000226/2008-65.

- Data da instalação: Portaria nº 082/2008, de 20/10/2008, publicada em 03/11/2008

Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

A unidade não implementou a utilização de cartão de crédito corporativo no exercício.

Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

1. Tribunal de Contas da União

Não houve.

2. Sistema de controle interno

Não houve.

Anexo E - Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

A unidade não executou transferências no exercício 2008.

Anexo F - Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	0	0
Desligamento	0	0
Aposentadoria	1	1
Pensão	0	0

Durante o exercício 2008 não houve atos de admissão ou desligamento de servidores, nem atos de concessão de reforma ou pensão, neste Distrito.

Houve um ato de aposentadoria do servidor LINO FORNAZIER FILHO, matrícula SIAPE 167947, através da Portaria nº 691-CGRH/DPRF, de 13/05/2008, publicada no DOU de 14/05/2008, conforme constante do processo nº 08673.000512/2007-40, corretamente registrado no SISAC sob controle nº 10327010-04-2008-000243-0.

16 – Conclusão

A realidade sócio-econômica é marcada pelas tensões sociais, inovações tecnológicas, novas estruturas organizacionais e também pela ascensão da criminalidade, conflitos sociais e o conseqüente nervosismo fruto deste contexto de inseguranças, agravado ainda pela expectativa que gera uma nova relação entre o Estado, a sociedade e os indivíduos. Neste cenário de mudanças e riscos, as organizações policiais têm que reestruturar seus processos gerenciais e suas metas estratégicas que são cuidadosamente planejadas, orçadas, controladas e acompanhadas em sua execução e avaliação.

Os gestores em geral objetivam dar maior eficiência e eficácia ao agregar valores aos resultados operacionais do programa, persistem no objetivo social de primeiro satisfazer as demandas por segurança e restauração do equilíbrio de convivência harmônica, regulado pelos direitos da manutenção da propriedade e integridade física.

Neste sentido, as instituições de segurança são obrigadas a se adaptarem às exigências da sociedade, com contínua renovação de seus métodos operacionais e sistemas de organização do trabalho, devendo estabelecer modelos de suporte gerenciais capazes de gerar informações tempestivas para tomada de decisões, que satisfaçam as necessidades dos diversos usuários, com

segurança e confiança, de formas ágeis, rápidas e satisfatórias.

Compete ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais. Mesmo com a capacidade física organizacional insuficiente para atender a demanda por segurança, destacando-se a necessidade de ampliação da capacidade física instalada e o aumento do efetivo operacional que está aquém da capacidade laborativa da instituição, podemos classificar como satisfatório o desempenho organizacional com base nos resultados obtidos pelos programas “Segurança pública nas rodovias federais e desenvolvimento institucional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal”.

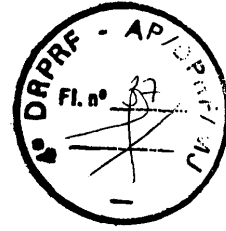
Considerando que os indicadores de eficiência estabelecem relação entre resultados alcançados e insumos utilizados e que se destinam a dimensionar o rendimento operacional da organização e de seus processos, a fim de possibilitar melhorias operacionais, o 4º Distrito obteve um grau satisfatório de eficiência, haja vista os valores descentralizados pelo DPRF/MJ, não obstante os recursos serem bastante aquém da demanda existente, o Distrito se empenhou em atender as ações operacionais previstas e as imprevistas otimizando os recursos liberados.

Analisando o desempenho institucional a partir do princípio da eficácia, correspondente ao atingimento das metas estabelecidas, no exercício 2007 o 4º Distrito foi eficaz. As metas estabelecidas para a atividade finalística foram concretizadas, tanto com a diminuição do número de acidentes, quanto com a atuação direta na área de segurança pública, pois atuou em diversas frentes de prevenção e combate ao crime.

No que tange à efetividade de ação institucional podemos assinalar que o público-alvo passou a sentir a transformação da área de atuação da PRF num ambiente mais seguro. Portanto, houve uma transformação social que marca o modo de vida da sociedade.

É importante destacar que esse impacto promovido pela Polícia Rodoviária Federal trouxe no público-alvo, que conta com a PRF não como uma polícia de Trânsito, mas como um braço do Estado atuante na Segurança Pública nas rodovias federais do Estado uma maior sensação de segurança. O exercício de 2008 foi encerrado com êxito, permeado pelo sentimento de dever cumprido e a certeza de que, a cada dia, a Polícia Rodoviária Federal reafirma-se como uma instituição de credibilidade no Estado do Amapá.

Sid Neves Mira Martel
Chefe do Distrito



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

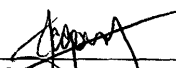
Esplanada dos Ministérios – Anexo II – Sala 501
Brasília-DF, CEP: 70064-900 – Fone : (61) 3429-9163

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativo ao exercício financeiro 2008 refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada 200233 – 4º **DISTRITO REGIONAL DO DRRF**.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

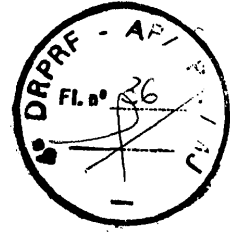
Brasília, 03 de março de 2009.



José Carlos Gomes
Contador Responsável
CRC/DF nº 9.261/O-7



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
4º Distrito Regional/Amapá
Núcleo de Administração de Pessoal



DECLARAÇÃO

Declaro que os servidores a seguir listados, integrantes do Rol de Responsáveis desta Unidade Jurisdicionada, abaixo relacionados, estão em dia com a entrega da Declaração de Bens e Rendas, referente ao exercício de 2009, ano-base 2008, de que tratam a Lei nº 8.730/93, e o Inciso III, do art. 13 da Instrução Normativa TCU nº 57/2008.

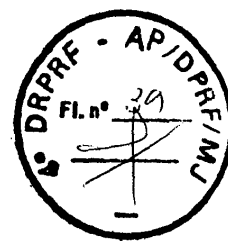
SERVIDOR	Natureza de Responsabilidade	Autorização de que trata a Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007
SID NEVES MIRA MARTEL	Chefe do Distrito e Ordenador de Despesas	209.905.532-72
MÔNICA FERREIRA DO AMARAL	Chefe do Distrito Substituta e Ordenadora de Despesa Substituta	433.357.052-20
ALDO BALIEIRO MACHADO	Chefe do Núcleo de Administração de Pessoal	151.595.152-91
ROSALINA DAS NEVES BITTENCOURT TORK	Chefe do Núcleo de Administração de Pessoal – Substituta e Responsável pela Conformidade Documental	163.641.202-53
KLEBSON SAMPAIO DO NASCIMENTO	Chefe do Núcleo de Correição e Assuntos Internos	388.365.802-20
DENNIS LEAL RODRIGUES	Chefe do Núcleo de Correição e Assuntos Internos - Substituto	401.314.322-49
ROSIVALDO CAMBRAIA ALVES	Chefe do Núcleo Administrativo e Financeiro	324.670.012-53
MARCOS SOUSA DA ROCHA	Chefe do Núcleo Administrativo e Financeiro – Substituto	391.629.582-91
SEBASTIÃO JOSÉ VALADARES DIAS	Chefe do Núcleo de Policiamento e Fiscalização	226.228.702-30
MARCELO JERFFESON BARBOSA OLIVEIRA	Chefe do Núcleo de Policiamento e Fiscalização - Substituto	226.245.622-49
FERNANDO LAÉRCIO DE AZEVEDO SANTOS	Responsável pela Conformidade Documental	039.821.492-15
VERÔNICA DE AMORIM ZAMITH	Responsável pela Conformidade Documental	068.993.417-35


ALDO BALIEIRO MACHADO
Chefe do NAP

Macapá-AP, 27 de abril de 2009.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
4º Distrito Regional – Amapá



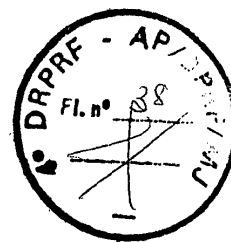
DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de direito, que esta unidade jurisdicionada, da qual sou dirigente máximo, não efetuou pagamento de despesas de natureza sigilosa no exercício 2008.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

Macapá, 29 de abril de 2009.

SID NEVES MIRA MARTEL
Chefe do 4º DRPRF



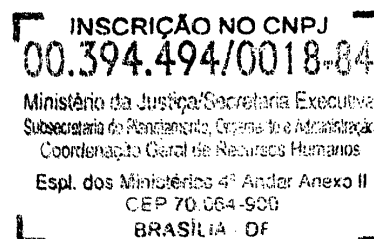
MINISTERIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - 4º andar - Sala 402 - Anexo II
CEP: 70064-900 - Brasília - DF
Fone: (61) 3429-3827 - e-mail: cgrh@mj.gov.br

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que os servidores **JOSÉ CARLOS GOMES**, CPF: 115.517.631-68 e **ALVINO JOSÉ LEITE**, CPF: 226.733.771-15, responsáveis pela Contabilidade/MJ, estão em dia com a exigência da apresentação da Declaração de Bens e Rendas, referente ao Exercício 2008, Ano-Base 2007, de que tratam a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, a IN/TCU nº 05, de 10 de março de 1994 e a IN/TCU nº 57, de 27 de agosto de 2008.

Brasília, 27 de fevereiro de 2009.

SUZANA MODESTO DA SILVA
Coordenadora-Geral de Recursos Humanos
Substituta



ANEXO II – ROL DE RESPONSÁVEIS

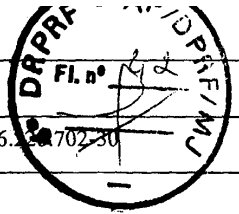


UNIDADE GESTORA: 4º Distrito Regional

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		em conformidade com o art. 12 da IN 47 do TCU							
AGENTE:	SID NEVES MIRA MARTEL				CPF:	209.905.532-72			
ENDEREÇO:	Av. Equatorial, 2184								
MUNICÍPIO:	Macapá	CEP:	68900000	UF:	AP	TELEFONE:	3521-8114	FAX:	3251-4708
CARGO OU FUNÇÃO:	Chefe do Distrito								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
Data: 19/09/1997	Ato/nº/ano: Portaria nº 945/MJ-1997	Data	Ato/nº/ano	Data início: 22/09/1997	À data fim				
CARGO OU FUNÇÃO:	Ordenador de Despesas								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
Data: 22/05/1998	Ato/nº/ano: Portaria nº 255/DPRF/MJ-1998	Data	Ato/nº/ano	Data início: 25/05/1998	À data fim				

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		em conformidade com o art. 12 da IN 47 do TCU							
AGENTE:	ROSIVALDO CAMBRAIA ALVES				CPF:	324.670.012-53			
ENDEREÇO:	Av. Presidente Vargas, 2348 – Santa Rita								
MUNICÍPIO:	Macapá	CEP:	68906-340	UF:	AP	TELEFONE:	3223-2765	FAX:	3251-4708
CARGO OU FUNÇÃO:	Gestor Financeiro								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
Data: 22/05/1998	portaria nº Ato/nº/ano: Portaria nº 254/DPRF/MJ-1998	Data	Ato/nº/ano	Data início: 25/05/1998	À data fim				
CARGO OU FUNÇÃO:	Chefe do Núcleo Administrativo e Financeiro								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
Data: 26/02/1998	portaria nº Ato/nº/ano: Portaria nº 207/DPRF/MJ-1998	Data	Ato/nº/ano	Data início: 26/02/1998	À data fim				

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		em conformidade com o art. 12 da IN 47 do TCU							
AGENTE:	ROSALINA DAS NEVES BITTENCOURT TORK				CPF:	163.641.202-53			
ENDEREÇO:	Av. José Jucá de Mont'Alverne, 195 - Pacoval								
MUNICÍPIO:	Macapá	CEP:	68908-640	UF:	AP	TELEFONE:	3223-2630	FAX:	
CARGO OU FUNÇÃO:	Substituta do Chefe do Núcleo de Administração de Pessoal								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
Data: 13/02/2004	portaria nº Ato/nº/ano: Portaria nº 150/DPRF/MJ-2004	Data	Ato/nº/ano	Data início: 13/02/2004	À data fim				



NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		em conformidade com o art. 12 da IN 47 do TCU					
AGENTE:	SEBASTIÃO JOSÉ VALADARES DIAS				CPF:	226.245.702-30	
ENDEREÇO:	Av. Antonio Coelho de Carvalho, nº 2218- - Santa Rita						
MUNICÍPIO:	Macapá	CEP:	68901-280	UF:	AP	TELEFONE:	3222-2655
CARGO OU FUNÇÃO:		Chefe do Núcleo de Policiamento e Fiscalização					
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:			
Data: 09/12/2003	portaria nº Ato/nº/ano: Portaria nº 1116/DPRF/MJ-2003	Data	Ato/nº/ano	Data início:	À data fim 11/12/2003		

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		em conformidade com o art. 12 da IN 47 do TCU					
AGENTE:	MARCELO JERFFESON BARBOSA OLIVEIRA				CPF:	226.245.622-49	
ENDEREÇO:	Av. Sete de Setembro, 1425 - Centro						
MUNICÍPIO:	Santana	CEP:	68.925-000	UF:	AP	TELEFONE:	3281-2888
CARGO OU FUNÇÃO:		Substituto do Chefe do Núcleo de Policiamento e Fiscalização					
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:			
Data: 13/06/2007	portaria nº Ato/nº/ano: Portaria nº 858/DPRF/MJ-2007	Data	Ato/nº/ano	Data início:	À data fim 14/06/2007		

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		em conformidade com o art. 12 da IN 47 do TCU					
AGENTE:	MARCOS SOUSA DA ROCHA				CPF:	391.629.582-91	
ENDEREÇO:	Rua Palmas, 580 – Bairro Infraero II						
MUNICÍPIO:	Macapá	CEP:	68.908-033	UF:	AP	TELEFONE:	3251-6674
CARGO OU FUNÇÃO:		Substituto do Chefe do Núcleo Administrativo e Financeiro					
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:			
Data: 16/06/2008	portaria nº Ato/nº/ano: Portaria nº 876/DPRF/MJ-2008	Data	Ato/nº/ano	Data início:	À data fim 16/06/2008		

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		em conformidade com o art. 12 da IN 47 do TCU					
AGENTE:	ALDO BALIEIRO MACHADO				CPF:	151.595.152-91	
ENDEREÇO:	Av. Timbiras, 278 - BeiroI						
MUNICÍPIO:	Macapá	CEP:	68902-170	UF:	AP	TELEFONE:	3241-3499
CARGO OU FUNÇÃO:		Chefe do Núcleo de Administração de Pessoal					
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:			
Data: 05/05/2006	portaria nº Ato/nº/ano: Portaria nº 634/DPRF/MJ-2006	Data	Ato/nº/ano	Data início:	À data fim 08/05/2006		

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		em conformidade com o art. 12 da IN 47 do TCU							
AGENTE:	CARLOS LUIZ BARBOSA BRITO				CPF:	041.735.462-20			
ENDEREÇO:	Rua Ubiraci de Azevedo Picanço, nº 544 – Infraero II								
MUNICÍPIO:	Macapá	CEP:	68908-038	UF:	AP	TELEFONE:	8121-5078	FAX:	
CARGO OU FUNÇÃO:	Homologação da Conformidade de Suporte Documental								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO: portaria nº	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
Data: 15/10/2003	Ato/nº/ano: Portaria nº 75/DPRF/MJ-2003	Data:	Ato/nº/ano:	Data início: 15/10/2003	À data fim				



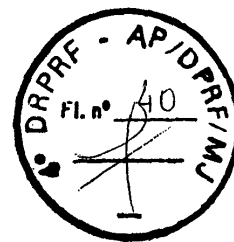
ALDO BALIEIRO MACHADO
Chefe do NAP



SID NEVES MIRA MARTEL
Chefe do Distrito



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
4º Distrito Regional – Amapá



DECLARAÇÃO

Declaro para fins do disposto no parágrafo 1º do artigo 5º da Decisão Normativa TCU nº 85/2007, alterado pela de nº 88/2007, que as informações sobre rol de responsáveis desta unidade jurisdicionada, da qual sou dirigente máximo, contidas em banco de dados informatizado, são fidedignas.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

Macapá, 29 de abril de 2009.

SID NEVES MIRA MARTEL
Chefe do 4º DRPRF